

## CONVÊNIO Nº 007/2017

**CONVÊNIO Nº 007/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, DE UM LADO E, DE OUTRO, A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.**

Pelo presente instrumento, de um lado a **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA**, com sede nesta Capital à Av. Luiz Viana Filho, Centro Administrativo da Bahia – CAB, inscrito no CNPJ sob o nº14.674.337/0001-99, neste ato representada pelo seu Presidente Deputado Angelo Coronel doravante denominada de **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA** e a **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA**, sita na Rua da Ilha, S/N, inscrito no CNPJ sob o nº14.656.128/0001-12, aqui representada pelo seu Presidente, Sr. Armando Velloso Viana Filho, doravante denominada **ASSALBA**, acordam em celebrar o presente convênio, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Federal nº8.666/93, de 21/06/93, e suas alterações, à Lei Federal complementar nº101, de 04/05/2000, e a Lei Estadual nº9.433, de 01/03/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio a promoção de atividades de integração e desenvolvimento de relações humanas e sócio ambientais, entre os servidores ativos, inativos e prestadores de serviços da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Parágrafo Único: Para alcançar o objeto ora pactuado, haverá um Plano de Trabalho, elaborado e proposto pela **ASSALBA**, constante do Processo nº2017007778 e que será parte integrante deste Convênio.

## CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR DO CONVÊNIO E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor global deste Convênio, conforme Plano de Trabalho apresentado é de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, ficando a cargo da **ASSEMBLÉIA** a quantia através do Projeto: **4405**, Elemento de Despesa: **3350.43**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os recursos de que trata a presente Cláusula, destinam-se exclusivamente à realização do disposto na Cláusula Primeira, sendo vedado o seu emprego, ainda que transitoriamente, em outras despesas ou quaisquer atividades que não estejam plenamente vinculadas ao perfeito atendimento do objeto deste Convênio.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – É vedada a utilização dos recursos do presente Convênio para pagamento de despesas referentes à pessoal da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, a qualquer título e sob qualquer forma, diretamente ou através de terceiros, bem como em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A **ASSALBA** responsabilizar-se-á pelo cumprimento dos objetivos, metas e cronograma de execução das ações, conforme proposta aprovada pela **ASSEMBLÉIA**, cabendo-lhe o gerenciamento dos recursos financeiros, indissociavelmente vinculados ao objeto deste Convênio.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Toda e qualquer despesa que exceder ao valor previsto no caput desta Cláusula, será de inteira e exclusiva responsabilidade da **ASSALBA**, que proverá os recursos necessários à sua cobertura.

## CLÁUSULA TERCEIRA DA LIBERAÇÃO DO RECURSO FINANCEIRO

A liberação dos recursos financeiros, de que trata a Cláusula Segunda, dar-se-á em 01 (uma) parcela que será repassada de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no **PLANO DE TRABALHO**, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento, como se transcrito estivesse.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A primeira e única parcela, no valor de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** será liberada, em até 08 (oito) dias úteis, após a publicação do Convênio no Diário Oficial do Estado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Para movimentação dos recursos de que trata este Convênio deverá ser aberta pela **ASSALBA** conta bancária específica para tal fim em

instituição bancária, vinculada ao objeto do convênio, para efetivo pagamento das despesas dele decorrentes.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO QUARTO** – As receitas financeiras, auferidas na forma do Parágrafo Terceiro, serão obrigatoriamente comutadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo constar de um demonstrativo específico que integrará as prestações de contas a que se refere à Cláusula Sétima.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos a **ASSEMBLÉIA**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias de qualquer evento citado neste Parágrafo, sob pena de notificação para a instauração de tomada de contas especial do responsável pelo Tribunal de Contas, providenciada pelo **ASSEMBLÉIA**.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O repasse dos recursos previstos nesta Cláusula ficará automaticamente suspenso caso haja inadimplemento de quaisquer das obrigações estabelecidas neste Convênio.

#### **CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES**

Além dos compromissos gerais a que se submetem, por força deste Convênio, as partes se comprometem a:

##### **I – ASSEMBLÉIA:**

- a) transferir à **ASSALBA** os recursos estipulados na Cláusula Segunda referentes à participação financeira do **ASSEMBLÉIA**;
- b) designar técnicos do **ASSEMBLÉIA** para fiscalizar e avaliar a realização do objeto mencionado na Cláusula Primeira, emitindo parecer técnico;
- c) analisar a prestação de contas apresentada pela **ASSALBA**:



d) registrar o conveniente no SICON como suspenso pela administração, por motivo de inadimplência, quando comprovado indício de irregularidade na aplicação dos recursos do Convênio.

## II – ASSALBA:

- a) apresentar o Plano de Trabalho devidamente assinado com os respectivos cronogramas físico-financeiro e orçamentário;
- b) abrir conta corrente específica no Banco, para movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;
- c) apresentar comprovante quitado das obrigações junto aos Órgãos da Administração Pública Estadual;
- d) designar um Técnico responsável para acompanhamento das atividades constantes do Plano de Trabalho;
- e) apresentar relatório na finalização de cada etapa prevista no Plano de Trabalho;
- f) prestar contas da parcela recebida, através de relatórios quantitativos e qualitativos, circunstanciados da execução das ações previstas na programação do cronograma físico-financeiro, estabelecendo comparação entre as metas previstas e alcançadas, que deverá ser atestada pela **ASSEMBLÉIA**, através de documento de avaliação de resultados, a fim de que esta possa liberar a parcela subsequente;
- g) aplicar os recursos exclusivamente no objeto deste Convênio, incluindo também os rendimentos decorrentes da aplicação no mercado financeiro que devem ser depositados na conta específica do mesmo, conforme a Seção XII, Art. 39, Parágrafo 4º da Resolução Regimental nº 012, de 04 de março de 1993, do Tribunal de Contas do Estado, a Lei nº 8.666/93 e Art. 180 da Lei nº 9.433/05;
- h) proceder às contratações na forma estabelecida pelas regras gerais constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública e da Lei nº 9.433/05- Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado da Bahia, para as despesas realizadas com o recurso do Estado;
- i) assumir por sua conta e risco as despesas referentes às taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, bem como as despesas referentes atrasos nos pagamentos;
- j) assumir, sob sua única e exclusiva responsabilidade os encargos tributários, trabalhista e previdenciários de todo o pessoal utilizado na execução do objeto deste Convênio, inexistindo qualquer vínculo empregatício ou relação de trabalho com a **ASSEMBLÉIA**.

## CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES MÚTUAS DOS PARTICIPES

Constituem obrigações recíprocas dos partícipes:

- a) designar formalmente servidores incumbidos de coordenar direta e conjuntamente a execução deste Convênio; e
- b) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra, quando da execução deste Convênio.

## CLÁUSULA SEXTA DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A **ASSEMBLÉIA** exercerá, diretamente, as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução deste Convênio, além do exame das despesas, com a avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos repassados, a fim de verificar sua correta utilização.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Fica assegurado a **ASSEMBLÉIA** o livre acesso dos seus técnicos credenciados para acompanhar, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos praticados, relacionados direta ou indiretamente a este Convênio, quando em missão fiscalizadora e ou auditoria.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O acompanhamento e a fiscalização exercidos pela **ASSEMBLÉIA** não excluem e nem reduzem as responsabilidades da **ASSALBA** de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações desenvolvidas para execução do objeto deste Convênio.

## CLÁUSULA SÉTIMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **ASSALBA** deverá encaminhar a prestação de conta dos recursos recebidos com o Relatório de Cumprimento de Objeto dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias do término da vigência deste Convênio, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Prestação de contas Parcial:

- a) ofício de encaminhamento:



Página 5 de 10

- b) relatório de execução financeira;
- c) demonstrativo da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;
- d) relação de Pagamentos;
- e) relação de Bens (adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do Convênio ou Termo de Compromisso, quando houver);
- f) conciliação Bancária, acompanhada de cópia do extrato da conta bancária específica, do período do recebimento e aplicação da parcela, objeto da prestação de contas parcial, até o último pagamento;
- g) originais das notas fiscais e eletrônicas, quando for o caso, de compras ou notas de prestações de serviços, com a identificação do convênio e carimbo “confere com o original”, do período da prestação de contas, devidamente atestadas ou certificadas pelo responsável;
- h) guia de recolhimentos dos tributos de INSS, ISS e IRRF, do período da prestação de contas, se for o caso.

## II – Prestação de contas Final:

- a) ofício de encaminhamento;
- b) relatório de Execução Financeira;
- c) demonstrativo da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos, os rendimentos auferidos da aplicação no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;
- d) relação de pagamentos;
- e) cópia do extrato da conta bancária, do período do recebimento e aplicação da parcela, objeto da prestação de contas final, até o último pagamento;
- f) comprovante de recolhimento aos cofres do ESTADO/PGE dos recursos e rendimentos auferidos, não aplicados ou cuja aplicação tenha sido glosada;
- g) cópia das notas fiscais e eletrônicas, quando for o caso, de compras ou notas de prestações de serviços, com a identificação do convênio e carimbo “confere com o original”, do período da prestação de contas, devidamente atestadas ou certificadas pelo responsável;

- h) guia de recolhimentos dos tributos de INSS, ISS e IRRF, do período da prestação de contas, se for o caso.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para aprovação da prestação de contas, os técnicos credenciados pela **ASSEMBLÉIA** mencionados no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sexta, emitirão laudo técnico comprobatório da execução das atividades do objeto deste Convênio.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A prestação de contas de que trata esta Cláusula não exige a **ASSALBA** de comprovar a aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado e outros órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação específica vigente.

### **CLÁUSULA OITAVA DA ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO**

Salvo em relação ao seu objeto e finalidade, o presente Convênio poderá ser alterado através de instrumento juridicamente adequado à natureza da alteração, podendo também ser denunciado mediante notificação prévia com antecedência de até 30 (trinta) dias, por conveniência de qualquer dos partícipes, ou rescindido por qualquer das partes, em razão de descumprimento de quaisquer de suas Cláusulas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Na ocorrência das hipóteses de denúncia ou rescisão, os recursos financeiros não utilizados, ou utilizados parcialmente, serão devolvidos a **ASSEMBLÉIA** na forma do disposto na Cláusula Terceira, observadas as demais disposições sobre o assunto, sem prejuízo da competente prestação de contas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A **ASSALBA** se compromete a restituir os valores que lhe forem transferidos pela **ASSEMBLÉIA**, atualizados monetariamente, quando:

- a) não for executado o objeto deste Convênio;
- b) não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva prestação de contas parcial ou final; e
- c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido no Convênio.

## CLÁUSULA NONA DO PESSOAL

A **ASSALBA** se responsabiliza por todo pessoal que, a qualquer título, seja utilizado na execução do objeto deste Convênio, que não terá relação jurídica de qualquer natureza com a **ASSEMBLÉIA**.

## CLÁUSULA DÉCIMA DA VIGÊNCIA

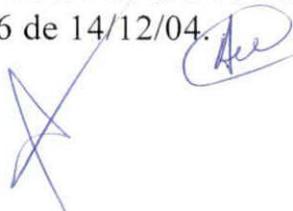
O presente Convênio terá vigência de **90 (noventa) dias** da data de assinatura.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Este Convênio poderá, a qualquer tempo, ser alterado mediante assinatura de termo aditivo, desde que não seja modificado o seu objeto, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 15 (quinze dias) do término deste instrumento, acompanhada de novo Plano de Trabalho, no caso de prorrogação da vigência; e da prestação de contas parcial, quando implicar em complementação de recursos financeiros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A complementação de recursos financeiros a que se refere o Parágrafo Primeiro desta Cláusula, só poderá ocorrer na hipótese de ampliação do objeto capaz de justificá-la, dependendo de apresentação prévia e aprovação pela **ASSEMBLÉIA** de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo formalizada através de Termo Aditivo.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA PUBLICAÇÃO

A **ASSEMBLÉIA** providenciará a publicação deste Convênio, em extrato, no Diário Oficial do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº8.666/93, e do artigo 10, do Decreto Estadual nº9.266 de 14/12/04.



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Capital do Estado da Bahia, como competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, 09 de Outubro de 2017.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA  
DEPUTADO ANGELO CORONEL - PRESIDENTE**

*Armando Velloso Viana Filho*

**ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DA BAHIA - ASSALBA  
ARMANDO VELLOSO VIANA FILHO – PRESIDENTE**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

Registro às fis. 34 do Livro 27

Bahia 09 de Outubro de 2017

*[Assinatura]*  
\_\_\_\_\_  
FUNCIONÁRIO

### TESTEMUNHAS:

1 -

2 -

Página 9 de 10

## ANEXO I

### PLANO DE APLICAÇÃO

<b>1 – DENOMINAÇÃO:</b>
<b>SUBVENÇÕES SOCIAIS</b>

<b>2 – DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA</b>
<b>PROMOVER A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RELAÇÕES HUMANAS E SÓCIOS AMBIENTAIS ENTRE OS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA.</b>

<b>3 – METAS:</b>
<b>PROPORCIONAR ENCONTRO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ALBA.</b>

<b>DESTINAÇÃO:</b>
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA PROMOÇÃO DO EVENTO.</b>

<b>DISCRIMINAÇÃO DA VERBA</b>	
<b>ESPÉCIE</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
<b>PROMOÇÃO DE EVENTO</b>	<b>R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)</b>

*(Handwritten mark)*

*(Handwritten signature)*

Cientista Social e Geógrafo como pré-requisito para o cargo de Analista Legislativo, dentro das categorias funcionais de assessoria legislativa, e de Cientista social, na categoria funcional de pesquisa, conforme os Anexos II e V do Projeto de Lei nº. 22.476/2017 que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos, Vencimentos Básicos e o Quadro de Pessoal dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e dá outras providências.

Sendo o profissional de ciências humanas gabaritado em estudar e analisar as teorias e comportamentos dos sistemas sociais, incluindo os sistemas políticos e suas instituições, além de ser um pesquisador por princípio, entendemos que ele contempla as descrições sumárias atribuída aos cargos acima apresentados que é: elaborar, quando solicitado por parlamentares, superintendências, diretorias e comissões, minutas de anteprojetos, pareceres, indicações, requerimentos e emendas, além planejar e executar pesquisa sobre assuntos de interesse da Assembleia.

As qualidades desses profissionais, tais como sua capacidade crítica, analítica e investigativa, são fundamentais para a Assembleia Legislativa da Bahia, sobretudo em uma sociedade em rápida e constante transformação e que demanda cada vez mais compreendê-las.

Sala das Sessões, 05 de outubro de 2017.

Deputado Zé Raimundo

(Junte-se ao Processo.)

## SAF - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### LICITAÇÃO - AVISOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O PREGOEIRO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, designado pelo nº 24.199/2005, torna público para conhecimento dos interessados que realizará na sala da Comissão Permanente de Licitação, Ala B, subsolo 2, do Palácio Deputado Luiz Eduardo Magalhães, em sessão pública, conforme especificado no Edital de Licitação e mediante condições estabelecidas na Lei Estadual nº9.433/05, (alterada pela Leis nº 9.658/05 e 10.697/08), a Lei Complementar nº 123/06, Lei Federal nº10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, no que for pertinente.

Modalidade	N.º	Objeto	Data	Horário
Pregão Presencial	062	Aquisição de material elétrico e hidráulico.	24/10/17	09h30min

O Edital encontra-se na sala da Comissão Permanente de Licitação, Ala B, subsolo 2, do Palácio Luiz Eduardo Magalhães, Av. Luiz Viana Filho, s/n, Centro Administrativo da Bahia, de segunda a quinta-feira das 08h30min às 11h30min e das 14h às 17h30min e nas sextas-feiras das 08h30min às 11h30min, ou, através do endereço eletrônico [cplalba@gmail.com](mailto:cplalba@gmail.com). Salvador, 09 de outubro de 2017. MARCOS ANTÔNIO CAIRES ARAÚJO - Pregoeiro Oficial.

A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados na Tomada de Preço nº002/2017, Processo nº 2017006523, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra do Prédio Sede e seus anexos deste Poder, que após análise do Recurso Administrativo interposto pela empresa EDIFICAR ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, e com base no parecer técnico exarado pelo Departamento de Engenharia e Projetos, conheceu do Recurso, e, no mérito deu-lhe provimento, classificando a proposta de preço da referida empresa. A decisão encontra-se à disposição dos interessados na sala

da Comissão Permanente de Licitação, 2º Sub-solo do Edifício Sede. Salvador, 09 de outubro de 2017. Comissão Permanente de Licitação.

#### AVISO CONTINUIDADE DE SESSÃO

A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados na Tomada de Preço nº002/2017, Processo nº 2017006523, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra do Prédio Sede e seus anexos deste Poder, que, dará continuidade à Sessão para abertura do envelope de habilitação, no dia 16/10/2017, às 14h30min, na sala da Comissão Permanente de Licitação, 2º Sub-solo do Edifício Sede. Salvador, 09 de outubro de 2017. Comissão Permanente de Licitação.

## LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE

#### RESUMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições HOMOLOGA à Inexigibilidade nº023/2017, Processo nº2017007566, em nome da empresa RIOLE ELETRÔNICA LTDA - EPP, CNPJ Nº76.617.927/0001-37, referente a manutenção e troca de componentes em 02 (dois) Processadores Promic Riole. No valor total de R\$1.016,00 (um mil e dezesseis reais), com fulcro no Art. 25, inciso I, da Lei Federal nº8.666/93. Comissão Permanente de Licitação. Salvador, 09 de outubro de 2017.

## SAF - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

### CONVÊNIO

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 007/2017	
CONVENIENTES	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
C.N.P.J.	14.674.337/0001-99 14.656.128/0001-12
ENDEREÇOS	AV LUIZ VIANA FILHO, S/N - CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA - CAB RUA DA ILHA, S/N - SALVADOR - BA
OBJETO	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RELAÇÕES HUMANAS E SÓCIO AMBIENTAIS, ENTRE OS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA.
VALOR	R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
VIGÊNCIA	90 (NOVENTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA
PROCESSO Nº	2017007778
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ATIVIDADE	4405
ELEMENTO	335043

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

#### EXTRATO DE ADITAMENTO

CONTRATO Nº 031/2013.	
CONTRATADA	CLARO S/A.
VIGÊNCIA	12 (DOZE) MESES - 11/10/2017 À 10/10/2018, CONFORME PROCESSO Nº 2017005999.